

----- **ACTA N.º 12/2009** -----

-----Aos dezassete dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que tinha uma questão a colocar e que gostaria que a Jurista da Autarquia estivesse presente. Na impossibilidade de estar, iria expor o assunto, porque caso contrário ficaria descontextualizado.-----

-----Referiu que tinha sido contactado pelo Senhor Espírito Santo, sobre o assunto do Loteamento da Quinta das Ingotas, que foi objecto de deliberação neste órgão e que unanimemente decidiram que nada tinham

contra a realização da permuta, mas não, nos moldes apresentados pelo loteador. Tendo sido solicitado, na altura, uma rectificação da medição realizada pelo medidor orçamentista, uma vez que esta não era fiel aos trabalhos realizados e respectivos custos. -----

-----Continuou dizendo que, o Senhor Espírito Santo referiu que numa reunião na autarquia, foi informado pela Jurista, que o assunto da permuta de lotes não tinha sido aprovado em reunião porque os Senhores Vereadores do PSD, mais concretamente o Senhor Vereador Rui Correia, se tinha oposto à concretização da deliberação. -----

-----Disse que perante esta afirmação do Senhor Espírito Santo, contrapôs e questionou directamente o Senhor se efectivamente tal lhe havia sido dito pela Jurista da Câmara Municipal, ao qual o Senhor anuiu. --

-----Continuou dizendo que repudia este tipo de atitudes, para as quais não contribuiu e frisou que conhece a Jurista da Autarquia há já muito tempo e não contesta o seu profissionalismo, mas, uma vez que o Senhor Espírito Santo a coloca como autora destas palavras, gostaria de ouvir a sua explicação, solicitando que na próxima reunião do Executivo esteja presente. -----

-----Por último, disse que neste Executivo existem dois blocos, um do PSD e outro do PS, que detém a maioria, por isso o voto predominante é da maioria e não da minoria, não tendo qualquer fundamento a suposta justificação apresentada pela Jurista da Autarquia ao promotor. -----

-----De seguida, questionou se o quiosque que está no Bairro de Santa Eufêmea não vai ser ocupado, uma vez que já apresenta alguma degradação e dado existir duplicação de infra-estruturas o que pensam fazer com o quiosque colocado se é para retirar ou para ser ocupado. -----

-----Questionou ainda se durante o processo de aquisição do quiosque foi ouvida a proprietária, de forma a poder pronunciar-se sobre se efectivamente, preenchia os requisitos de funcionamento para aquele tipo de negócio. -----

-----Por último disse que, pessoalmente, não apreciava a configuração do quiosque colocado pela Câmara Municipal, considerando mais adequado o existente.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que o quiosque ainda não tem as infra-estruturas de telecomunicações e electricidade. Relativamente à sua ocupação, informou que a Autarquia está, em conjunto com a proprietária do outro quiosque, a analisar a situação para depois ser formulada uma proposta.-----

-----Solicitou a presença da Senhora Engenheira Delfina para esclarecer o Senhor Vereador uma vez que tem sido ela que tem mantido as conversações com a proprietária.-----

-----A Senhora Engenheira informou que os proprietários foram desde o início consultados, tendo inclusive sugerido alterações à área da infra-estrutura, entre outros pormenores, que foram tidos em conta pela autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou a presença da Senhora Engenheira Hermínia, responsável pela Secção de Água e Saneamento, para esclarecer os problemas com o fornecimento de água, que mais uma vez, começaram a acontecer no Concelho.-----

-----Disse que o contrato de concessão assinado com a empresa AdZC, tem muitas alíneas, mas duas delas são fundamentais, ou seja, as que dizem respeito ao fornecimento de água, com qualidade e em quantidade ao Concelho de Celorico da Beira, que nunca foram cumpridas.-----

-----Disse que, o que se tem verificado é o total atropelo por parte da empresa AdZC ao acordado e ano após ano, o Concelho de Celorico da Beira tem sofrido as consequências, tendo solicitado que a Eng.^a Hermínia elaborasse um relatório sobre o cumprimento ou não do contratualizado com as AdZC, a apresentar na próxima reunião do Executivo.-----

-----Referiu-se ainda a um outro relatório que já havia solicitado e o qual ainda não tinha em sua posse.-----

-----Alertou a Engenheira para o facto da Secção de Águas e Saneamento estar certificada com a norma ISO 2001 e caso continuem a trabalhar nestes moldes correm sérios riscos de perderem esta certificação.

-----Referiu que no fim-de-semana passado a aldeia da Carrapichana tinha ficado sem abastecimento de água e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem dito que a água que abastece esta freguesia não é fornecida pela empresa Águas do Zêzere e Côa.-----

-----Referiu que na Ratoeira também tinha faltado a água durante a manhã e que quando foi restabelecido o fornecimento, a água estava imprópria, porque tinha muito lodo, tendo havido inclusive uma queixa por parte de um restaurante que funciona nesta localidade.-----

-----Referiu-se ainda a um inquérito que tinha solicitado sobre a qualidade da água e tipificação das reclamações e até à data ainda não tinha conhecimento se tinha sido efectuado.-----

-----Solicitou que o Departamento Financeiro apresente na próxima reunião de Câmara a conta corrente da empresa Águas do Zêzere e Côa, que na sua opinião deverá ser devolvida à empresa, porque a autarquia não pode pagar por um produto que não tem a qualidade mínima.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concorda com tudo o que foi dito pelo Senhor Vereador e referiu que está à espera da realização da Assembleia Geral da AdZC, para manifestar a viva voz, o desagrado por esta situação e, na sua opinião, o Gabinete Técnico também deveria de estar presente para fazer um relato pormenorizado sobre a qualidade da água que é abastecida em Celorico da Beira, já para não referir a parte do saneamento, que está inqualificável.-----

-----Relativamente à falta de qualidade de água em Celorico disse que a Engenheira já tinha mandado um *email* ao Dr. Renato a dar conhecimento, tendo-se justificado com uma ruptura e uns ensaios que andavam a realizar.

-----Na sua opinião a autarquia além de não pagar deve é ser ressarcida pelos danos causados, solicitando que seja feita uma recolha de todos os elementos que possam ser usados para instruir um processo judicial contra a empresa Águas do Zêzere. -----

-----Referiu ainda que logo a seguir à tomada de posse deste Executivo foi sugerido pelo Presidente da Câmara a melhor das soluções para o abastecimento de água no Concelho de Celorico da Beira, em quantidade e com qualidade, que não foi tida em consideração, porque caso tivesse sido, hoje não estariam nesta situação. -----

-----Contudo, passados quase quatro anos, as AdZC vieram informar que essa solução apresentada irá agora a concurso.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que pretendia que a Engenheira Hermínia entregasse os relatórios solicitados, o mais urgente possível e, em conjunto com a Jurista da autarquia apresentassem uma solução para esta questão, numa próxima reunião do Executivo. -----

-----Continuou dizendo, que uma vez que o contrato de concessão de abastecimento de água assinado entre a autarquia e a empresa AdZC, não serve os interesses do Município terá que ser renunciado, porque estão a comprar algo fictício, que não corresponde à realidade, logo a facturação é indevida.-----

-----De seguida, aconselhou a Engenheira a andar na rua e a ouvir as pessoas, para ter uma noção da realidade e ajudar na resolução dos problemas apresentados pelos munícipes. -----

-----Solicitou também que seja efectuado um levantamento de todas as estradas do concelho, onde foram colocadas as condutas para o abastecimento em alta.-----

-----Presente na reunião, a Engenheira Hermínia esclareceu que soube na terça-feira que tinha havido um corte no abastecimento de água à aldeia da Carrapichana, tendo tomado de imediato as diligências necessárias, requerendo que os Bombeiros fossem abastecer o Reservatório e contactou

a empresa AdZC, via *email*, dando conhecimento do ocorrido e salientando que a AdZC se responsabilizaram pelo abastecimento à Carrapichana na reunião tida em 5/6/2009.-----

-----Relativamente ao abastecimento de água à freguesia da Carrapichana, informou que esta freguesia pertence ao subsistema das Assanhas, contudo na reunião supra citada as AdZC comprometeu-se a efectuar o abastecimento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP;**-----

-----**REQUERIMENTO APRESENTADO POR JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO;**-----

-----**DELIBERAÇÃO ATRIBUIÇÃO T2 AOS MORADORES DE CASAS PRÉ-FABRICADAS – BAIRRO DE SANTA LUZIA;**-----

-----**ZONA INDUSTRIAL DE CELORICO DA BEIRA.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número onze, da reunião ordinária do Executivo de três de Junho de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO LAR DE IDOSOS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Azares**-----

-----Foi presente requerimento n.º 414, datado de 29/05/2009, em nome de Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Azares, pretendendo a isenção do pagamento de taxas referente ao projecto em epígrafe, sita em Vale de Azares, freguesia de Vale de Azares, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12 alterado pela L. 60/07 de 04/09, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“*As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários*”.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para o projecto de alteração de um Lar de Idosos, a Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Azares, freguesia de Vale de Azares, Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO LAR DE IDOSOS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Associação Lageosense de Solidariedade Social**-----

-----Foi presente requerimento n.º 402, datado de 26/05/2009, em nome de Associação Lageosense de Solidariedade Social, pretendendo a isenção

do pagamento de taxas referente ao projecto em epígrafe, sita em Lageosa do Mondego, freguesia de Lageosa do Mondego, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12 alterado pela L. 60/07 de 04/09, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----Ausentou-se da sala o Senhor **Vereador Hélder Bruno** não participando na votação, por fazer parte da Direcção da referida Associação.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para o projecto de alteração e ampliação de um Lar de Idosos, a Associação Lageosense de Solidariedade Social, freguesia de Lageosa do Mondego, Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----O Senhor Vereador Hélder Bruno regressou à sala retomando os trabalhos.-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria Isabel do Bento**-----

-----Foi presente requerimento n.º 381, datado de 21/05/2009, em nome de Maria Isabel do Bento, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Largo do Outeiro, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial número duzentos e onze, por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido executado antes da publicação do RGEU. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação possui 100 anos.

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere terá sido executado antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Herdeiros de Andrade Caetano**-----

-----Foi presente requerimento n.º 335, datado de 06/05/2009, em nome de Herdeiros de Andrade Caetano, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Chão do Rossio, freguesia de Fornotelheiro, inscrito sob o artigo matricial número novecentos e dezanove, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1997. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que os requerentes se referem foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição dos requerentes.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EM ALDEIA RICA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 149/2009, datada de 05/06/2009, referindo que tendo sido solicitado pelo Sr. Vereador, Dr. António Silva, a possibilidade da colocação de lombas redutoras de velocidade ou espelhos parabólicos na localidade da Aldeia Rica, devido à ocorrência de alguns acidentes naquela localidade, informam que após deslocação ao local, foi verificada a possibilidade de serem colocadas três lombas redutoras de velocidade e um sinal B1 (cedência de passagem). ----

-----Segundo o N.º 1, do artigo 8º, do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por referir que concorda com a colocação de lombas por uma questão de segurança, mas é frontalmente contra este tipo de lombas redutoras de velocidade, sugerindo que as mesmas deveriam ser em calçada de cubos ou paralelos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concorda com a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Rui Correia quando o pavimento é em paralelos, mas neste caso, como o pavimento é em betuminoso têm de ser colocadas este tipo de lombas, até por uma questão de visibilidade e coerência. -----

-----Por fim, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse que este tipo de lombas acaba por desaparecer, sendo até retiradas, considerando que esta, não é a melhor solução. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra, aprovar a colocação de três lombas redutoras de velocidade, na localidade de Aldeia Rica.**-----

-----**Votou contra o Senhor Vereador Rui Jorge Pinto Correia.**-----

-----**Mais foi deliberado por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal B1 (cedência de passagem), no Entroncamento da Travessa do Paso, com a Rua do Paso.** -----

-----**IV - JUNTA DE FREGUESIA DA VELOSA**-----

-----**ASSUNTO: ESPAÇO INTERNET**-----

-----Foi presente ofício n.º 24, datado de 02/06/2009, em nome da Junta de Freguesia da Velosa, solicitando a cedência da antiga e desactivada Escola Primária da Aldeia da Velosa, com o intuito de criar um espaço internet, onde além da disponibilização de computadores para o público aceder à WEB, teria como uso uma sala de aulas para possíveis formações.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que o Gabinete Jurídico apresente uma grelha com todos os pedidos efectuados até ao momento, das escolas desactivadas. Deu conhecimento de que, algumas das escolas ainda não são propriedade da autarquia, estando essa situação a ser

regularizada, para posteriormente serem elaborados os contratos de comodato.-----

-----A Câmara deliberou remeter este assunto ao Gabinete Jurídico para análise, devendo o mesmo, acompanhar a listagem de todos os pedidos efectuados no mesmo âmbito, sendo presentes numa próxima reunião.-----

-----**V - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO (José António Francisco)**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia quatro de Junho de dois mil e nove, pelas dez horas e trinta minutos, referente ao funcionário José António Francisco, com a categoria de Assistente Operacional, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO (Abílio Gomes Almeida Frias)**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia quatro de Junho de dois mil e nove, pelas dez horas, referente ao funcionário Abílio Gomes Almeida Frias, com a categoria de Assistente Operacional, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**VI - REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO**-----

-----**ASSUNTO: PORTAL DO LICENCIAMENTO**-----

-----Foi presente ofício datado de 08/06/2009, proveniente do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, informando que o Portal do Licenciamento, desenvolvido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, acaba de receber o Prémio Boas Práticas no Sector Público, na categoria

“Serviço ao Cidadão – Administração Central Directa e Administração Regional”. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VII - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: CONTAS CONSOLIDADAS 2008** -----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 12/06/2009, informando que pela primeira vez foram elaboradas as contas consolidadas do Município de Celorico da Beira, onde se integram as contas de 2008 do Município com as da EMCEL, que se anexam à presente acta (**anexo I**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, foi apresentado pela primeira vez na autarquia de Celorico da Beira, com o objectivo final de uma clara transparência da contabilidade analítica, que já foi reflectida na apresentação de contas de 2008. -----

-----Disse que esta Câmara é das poucas autarquias do País que tem a consolidação de contas feita. -----

-----A consolidação de contas permite visualizar a importância e o peso de cada uma das individualidades no grupo. A gestão continua a ter um Resultado Operacional reforçado, sendo muito importante, que estes Resultados sejam positivos.-----

-----Relativamente aos Resultados Correntes, estes são negativos devido ao endividamento que estas duas entidades têm.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que tendo em conta o sentido de voto que foi feito na reunião de Câmara pelos Vereadores da Oposição, aquando da aprovação da Prestação de Contas, mantêm a mesma posição, votando assim contra.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra e três a favor, aprovar as contas consolidadas do Município de Celorico da Beira, que integram as contas de 2008, do Município com as da EMCEL.**-----

-----**Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

-----**Votaram a favor: O Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador José Luís Cabral e o Senhor Vereador António Silva.**-----

-----**Votaram contra: O Senhor Vereador Rui Correia e o Senhor Vereador Hélder Bruno.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: DOCUMENTOS PARA O TRIBUNAL DE CONTAS**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 12/06/2009, informando que existem documentos da prestação de contas de 2008 que ainda carecem de assinatura por parte dos membros do executivo, nomeadamente o mapa da contratação administrativa e o mapa de caracterização da entidade. Estes documentos não foram à reunião onde se aprovaram as contas porque ainda não estavam correctamente preenchidos por falta de dados à data e de não serem essenciais à prestação de contas, sendo apenas exigidos pelo Tribunal de Contas.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ASSUNTO: 4.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a quarta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2009, documentos que ficam apensos a esta acta, **(anexo II)**.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que a informação da Contabilidade, refere que a alteração apresentada é necessária devido à necessidade de reforçar rubricas de despesas de pessoal relativa aos novos estágios do PEPAL, pretendendo saber em termos práticos, quais os benefícios para a autarquia com esses estágios, quais os encargos e por quem passa a selecção dos estagiários. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que são recém-licenciados que ficam no Concelho, sendo uma mais-valia para a autarquia terem pessoas qualificadas. Disse que estes estágios são financiados e a selecção é feita através de concurso. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar a 4.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2009.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP** -----

-----Foi presente ofício n.º 326634/1013, datado de 21/05/2009, dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP, referindo que a CP, prosseguindo uma política de qualidade e ambiente, no âmbito da qual se propõe identificar regularmente as necessidades e expectativas dos clientes e motivada pelos princípios da RCM n.º 137/2005 de 29 de Julho no que respeita à troca de documentos comerciais e outros, por via electrónica, desenvolveu um sistema que permite a utilização da requisição de transporte de forma desmaterializada, designada e-Requisição. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**REQUERIMENTO APRESENTADO POR JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO**-----

-----Na sequência da deliberação do executivo, de Reunião de Câmara do dia 01/04/2009, foi novamente presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, relativamente ao assunto em epígrafe, com o seguinte teor: -----

-----“Foi apresentado pelo requerente supra identificado, requerimento com data de 16 de Março de 2009, a solicitar a permuta dos lotes n.ºs 3, 4 e 19 pelos lotes n.ºs 28, 35 e 36 e ainda redução da caução prestada em três lotes n.ºs 32, 33 e 34 pelas obras já efectuadas, nomeadamente Rede de Água, Águas Pluviais, Terraplanagens, etc. -----

-----Da reunião realizada em 24/03/2009 com o Sr. Presidente, concordou o promotor, caso seja deferida a sua pretensão, celebrar de imediato a escritura pública de dação em cumprimento, de forma a libertar as hipotecas incidentes sobre os lotes hipotecados a favor da Câmara Municipal, e assim permitir disponibilidade imediata sobre os mesmos a evitar os custos inerentes, bem como a demora do Processo Executivo que será necessário instaurar. -----

-----Junta-se cópia dos lotes a permutar, dos lotes requeridos pelo promotor em redução de caução com valor patrimonial actualizado, bem como orçamento do medidor orçamentista indicando o valor global das obras de urbanização executadas pelo promotor.” -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação detalhada sobre o assunto, dando a conhecer quais os trabalhos realizados pelo promotor, bem como, o orçamento apresentado pelo medidor orçamentista da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** questionou se a autarquia já andava a fazer obras no loteamento, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que sim, uma vez que autarquia tem a posse administrativa e os moradores necessitam de uma resolução para os seus problemas. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que a vontade dos Vereadores da Oposição inicialmente era votar contra, por uma questão de coerência, no entanto, depois da explicação dada pelo Senhor Presidente e atendendo que é vantajoso para a autarquia e para os moradores a resolução do problema, decidiram absterem-se nesta votação.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções, permutar os lotes 3, 4 e 19 pelos lotes 28, 35 e 36 e ainda reduzir a caução prestada, através da libertação das hipotecas dos três lotes n.º 32, 33 e 34, ao promotor do loteamento identificado em epígrafe, pelas obras por ele efectuadas.-----

-----Mais deliberou aceitar a escritura pública de dação em cumprimento que o promotor efectuará de forma a serem libertadas as hipotecas incidentes sobre os lotes hipotecados a favor da Câmara Municipal. -----

-----Abstiveram-se os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----**DELIBERAÇÃO ATRIBUIÇÃO T2 AOS MORADORES DE CASAS PRÉ-FABRICADAS – BAIRRO DE SANTA LUZIA**-----

-----Foi presente informação interna datada de 16/06/2009, do Gabinete Jurídico, com o seguinte teor: -----

-----“Foi deliberado em reunião de executivo de 15/03/2001, “o realojamento provisório de todas as pessoas residentes nas casas pré-fabricadas do Bairro de Santa Luzia, a fim de ser dado início às obras. Mais, se deliberou no sentido de as pessoas serem realojadas definitivamente, as pessoas, residentes nas mesmas, e que tenham sido primeiros titulares, logo que as construções estejam concluídas, oferecendo gratuitamente um apartamento T2 à sua escolha”. -----

-----Esta deliberação criou falsas expectativas nos realojados que aguardavam a entrega dos T2 gratuitamente. -----

-----Actualmente o Município não é proprietário de quaisquer fracções, existindo um processo de negociação em curso com a construtora Manuel Rodrigues Gouveia, para a aquisição de 15 T2 e 3 T4. -----

-----A aquisição destes fogos vai ser efectuada ao abrigo do programa de financiamento PROHABITA, criado pelo decreto-lei n.º 135/2004 de 3 de Junho. -----

-----Com base neste programa de financiamento, foi celebrado Acordo de Colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) o qual permite aceder ao município ao apoio financeiro do PROHABITA. ----

-----O apoio financeiro assume a forma de comparticipação a fundo perdido concedido pelo IHRU e de empréstimos concedidos por este através de instituições de crédito e tem por objecto, não só a construção ou a aquisição de novos empreendimentos habitacionais, mas também a realização de obras de reabilitação de habitações ou prédios devolutos ou arrendados que pertençam às entidades beneficiárias. -----

-----Todas as habitações financiadas ao abrigo do programa PROHABITA destinam-se a residência permanente dos agregados familiares com grave carência habitacional, identificados no processo de candidatura apresentado pelo Município ao IHRU, e são atribuídos, em Regime de Renda Apoiada ou em Regime de Propriedade Resolúvel, nos termos respectivamente dos decreto-leis n.º 166/93 e 167/93 ambos de 7 de Maio.-

-----O Município fica obrigado ainda nos primeiros quinze anos de vigência do regime especial de alienação a não vender aos arrendatários, habitações comparticipadas cujo valor exceda 5% dos montantes comparticipados. -----

-----Assim resulta que a aquisição dos fogos com base no Acordo de Financiamento assinado entre o Município e o IHRU impede de todo o Município de cumprir com a deliberação tomada em reunião de Câmara de 15/03/01, por alterações supervenientes das condições de financiamento. --

-----O programa de financiamento subscrito é claro, a aquisição dos fogos tem como única finalidade o arrendamento em Regime de Renda Apoiada ou em Regime de Propriedade Resolúvel, afastando assim quer a venda quer a doação dos fogos.-----

-----Pelo que, conclui-se que por falta de objecto deverá a deliberação aprovada em 15/03/01 ser revogada.” -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor **Vereador José Luís** para fazer uma explicação mais detalhada do assunto. -----

-----O Senhor Vereador começou por dizer que a aquisição dos fogos, com base no acordo de financiamento assinado entre o Município e o IHRU, não permite que se cumpra a deliberação de Câmara, tomada em 2001, uma vez que todas as habitações financiadas ao abrigo do programa PROHABITA destinam-se a residência permanente dos agregados familiares com grave carência habitacional e são atribuídos em regime de renda apoiada ou de propriedade resolúvel.-----

-----Continuou dizendo que este Executivo, actualmente não tem condições financeiras para cumprir o deliberado em 2001 e nem é proprietário de nenhuma fracção, uma vez que existe um processo de negociação em curso com a construtora Manuel Rodrigues Gouveia para sua aquisição, que irá ser efectuada ao abrigo do programa de financiamento PROHABITA.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta era a terceira fase relativa ao processo da habitação social em Celorico da Beira e que neste momento estava esgotada a possibilidade de doação.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** relativamente a este assunto colocou as seguintes questões, se as pessoas realojadas foram ou não auscultadas antes desta reunião; se existe ou não alguma decisão judicial a favor de um realojado; qual a diferença entre renda apoiada e regime

resolúvel e quanto tempo mais estas pessoas vão ficar à espera de ser realojadas, suportando a Câmara os encargos. -----

-----Disse ainda, ter algumas dúvidas quanto à revogação de uma deliberação de há 8 anos atrás, questionando se tal será possível. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que esta deliberação pode ser revogada, uma vez que a autarquia, actualmente não tem condições financeiras para cumprir o deliberado em 2001. Disse que as pessoas vão ser realojadas, mediante renda apoiada ou em regime resolúvel. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que esta deliberação foi tomada em 2001, e entende o que foi prometido a estas pessoas. Disse que quando se recebe uma câmara, herda-se o bom e o mau e que as pessoas têm direito ao que lhes foi prometido, assim sendo, irá votar contra a revogação desta deliberação. Entende que na altura foi uma má decisão, mas que deveria ser assumida. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que houve uma deliberação em 2001, não tendo sido cumprido com o prometido, uma vez que nem sequer havia infra-estruturas e não se pode prometer, o que não se possa cumprir. -----

-----Disse que este executivo tentou ao longo destes quatro anos resolver esta situação, tendo assumido o bom e o mau. Teria de ser a Câmara a suportar a totalidade dos apartamentos o que não é possível. Este executivo não fugiu às responsabilidades, simplesmente financeiramente não é capaz. -----

-----Disse que o financiamento anterior deixou de existir, e que o actual exige estas directrizes, não havendo por isso a possibilidade de doação. ----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** concorda com tudo o que foi dito pelo Senhor Vereador José Luís Cabral, e que de facto na altura foi uma má decisão, mas para essas pessoas é um direito adquirido.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** considera que é um direito prometido e não adquirido, as pessoas vão ser realojadas mediante o programa PROHABITA. Disse que este executivo está a trabalhar para vários processos tentando arranjar as melhores soluções.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta é a única solução para este problema.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** considera que o primeiro passo seria ouvir as pessoas, explicando-lhes que esta é a única maneira de resolver esta situação. Questionou novamente se existe ou não algum processo judicial relativamente a este assunto.-----

-----Relativamente a esse assunto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que de facto existe um processo em tribunal, mas que estão a tentar solucionar o problema.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu ainda que o que dá razão a esta pessoa é o facto de ter apresentado esta acta com a deliberação de Câmara, de 2001, por isso reforça as dúvidas que tem na revogação de uma decisão de um órgão como o Executivo.-----

-----**Nos termos da informação, a Câmara deliberou por maioria, com dois votos contra, proceder à revogação da deliberação tomada na reunião de Câmara de 15/03/2001, relativamente ao assunto “Realojamento de Residentes em Casas Pré-Fabricadas do Bairro de Santa Luzia”.**-----

-----**Votaram a favor: O Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador José Luís Cabral e o Senhor Vereador António Silva.**-----

-----**Votaram contra: O Senhor Vereador Rui Correia e o Senhor Vereador Hélder Bruno.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ZONA INDUSTRIAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação técnica datada de 16/06/2009, da Secção de Obras Municipais, referindo que a fim de dar cumprimento à deliberação do executivo, de 2009/04/16, anexa-se quadro resumo (**anexo III**), com indicação das firmas interessadas em se instalarem no local supra-mencionado.-----

-----O Loteamento a elaborar vai destinar-se à implantação de firmas para serviços, comércio e indústrias de tipo 3.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----